

ESPAÇO PARA OTIMISMO

Economia - Brasil

Mario Garnero

O amargo conjunto de medidas econômicas adotado pelo governo para a garantia do Real é o preço que vamos pagar pelo atraso nas reformas que o Brasil precisa fazer se quer mesmo manter os ganhos de credibilidade que alcançou na economia mundial especialmente nos últimos três anos. Os riscos de instabilidade econômica estavam sinalizados em diferentes países, que limitaram suas ações unicamente ao fortalecimento da moeda. Executivo e Legislativo, a sociedade em seu todo, agora dependem de ações rápidas, que poderiam ser implantadas gradativamente, sem iguais sacrifícios.

Usamos, na iminência de um ataque especulativo, um instrumento que já nos fazia sofrer antes da semana derradeira de outubro. Os juros, antes absurdos, transformaram-se em inomináveis, mas incrivelmente necessários. Saltaram de 101% para 189%. Por pouco tempo, espera-se. As decisões de segunda-feira, com cortes de investimentos, aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Renda de Pessoas Físicas, justificam-se na contenção do déficit público interno e nos esperados reflexos que trarão ao balanço de pagamentos.

O pacote econômico, para preservar o Real, afetará o crescimento brasileiro pelo menos até o próximo ano. Vivemos, assim, um paradoxo que precisa ser entendido. O

Brasil terminará este ano com inflação anual na faixa de apenas quatro por cento, um recorde positivo, quando o sistema financeiro projetava sete por cento. O país, com inflação controlada, recebeu nos últimos três anos volume elogiável de investimentos externos, mas os gastos públicos foram mantidos acima dos níveis adequados ao equilíbrio de nossas contas.

Este é o quadro: os juros maiores mantêm o interesse das aplicações financeiras até que arrumemos a casa; internamente, com a reforma do Estado e do capitalismo brasileiro e, externamente, com a volta, já iniciada, dos dólares. A gritaria nas bolsas de valores de São Paulo e Rio de Janeiro, que tanto alarde provocam, tumultuam a racionalidade diante de questões mais urgentes e relevantes, que dependem da vontade política do governo (que a tem demonstrado), de sua base de apoio parlamentar e da contribuição positiva das oposições.

Todas as ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, por exemplo, representavam ao final de outubro uma capitalização de R\$ 270,7 bilhões ou US\$ 245,4 bilhões. Desse universo, aproximadamente 65% são de estatais. A participação referente à iniciativa privada não passa, portanto, de 9% do nosso PIB (produto interno bruto), que está na casa de US\$ 1 trilhão, mas aqui poucos investidores

têm muita capacidade de manipulação do mercado. Ainda não temos, como nos Estados Unidos, 11 mil clubes de investimentos.

Portanto, as oscilações das nossas bolsas são, muitas vezes, pouco representativas. Essencial, mesmo, é a Bolsa Brasil, que não pode estar relacionada à eventual reeleição do presidente da República. A velocidade da informação on line permite que, minuto a minuto, a comunidade financeira internacional faça a radiografia das diferentes economias do mundo. Os investidores, assim, sabem jogar nas fragilidades da Tailândia e de Hong Kong. O Brasil entrou na mira e reagiu rapidamente.

Há, mesmo assim, espaço para visão otimista. Enfrentamos a inflação; o programa de privatizações está mantido e ampliado; a economia brasileira é uma das mais abertas do mundo; nossa terra é privilegiada para a atração de recursos internacionais; e lideramos um bloco comercial, o Mercosul, parceiro essencial na economia do mundo.

São fatores positivos, mas o Brasil continua gastando muito mais do que recebe, incluindo-se aí os investimentos do exterior. Pior: coloca dinheiro em estruturas ultrapassadas, prejudicando prioridades básicas como investimentos em infra-estrutura, geração de empregos, educação, saúde e salários. A saída da elevação dos juros pode

ser revertida; uma desvalorização do real, impensada, traduziria sinal de desespero, sem volta.

Há soluções para o controle do déficit público. São Paulo está desenvolvendo seu projeto de equilíbrio orçamentário, que pode ser ampliado para outros estados. Mas precisamos, mais que nunca, das reformas administrativa, previdenciária e fiscal. A sociedade brasileira não pode sustentar verdadeiros clubes de empregados, protegidos por autovantagens. O caos da Previdência Social dispensa comentários, e mais de 20 impostos sufocam a produção. Os aumentos de agora, creio, precisam ser considerados apenas emergenciais para que a nossa economia seja preservada.

Continuamos um país atraente para o capital internacional, subsidiário no esforço de desenvolvimento que não pode ser a única cobertura de nossas necessidades. Temos de preparar, hoje, a economia brasileira do futuro. O contrário disso pode ser o risco de governabilidade, a ampliação do desemprego, a manutenção do déficit público e dos consequentes juros inomináveis. A sociedade, como um todo, precisa se posicionar. Somos todos responsáveis.

■ Mario Garnero, empresário, é presidente do Conselho de Administração do Grupo Brasilinvest e do Fórum das Américas